

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IV – Nº 785 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 16 DE DEZEMBRO DE 1998



Na sessão solene do Congresso, foi promulgada a emenda constitucional que modificou as regras da Previdência

Entram em vigor hoje as novas regras da Previdência

Emenda constitucional promulgada pelas Mesas do Senado e da Câmara será publicada nesta quarta-feira no *Diário Oficial*. ACM elogia trabalho dos congressistas

A reforma da Previdência Social, que durante quatro anos constituiu-se num dos temas mais polêmicos em tramitação no Congresso Nacional, foi promulgada ontem pelas Mesas do Senado e da Câmara, em sessão solene presidida pelo senador Antonio Carlos Magalhães. Ela será publicada no *Diário Oficial* da União de hoje e traz uma série de novas regras para a concessão de apo-

sentadoria. Para Antonio Carlos, a reforma é fruto de muito trabalho dos congressistas. “Concedeu-se ao governo o instrumento hábil para que possa melhorar o sistema previdenciário do país”, disse. “Os parlamentares cumpriram rigorosamente com seus deveres e podem olhar de frente erguida para a opinião pública nacional.”

PÁGINA 3

ACM: teto só será definido em fevereiro

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, assegurou ontem que a questão do teto salarial do serviço público só será discutida em fevereiro. Ele desfez, deste modo, os rumores de que já estaria definida a elevação do salário dos parlamentares para o teto sugerido de R\$ 12.720,00.

PÁGINA 3



A atuação de Bernardo Cabral (D) à frente da CCIJ foi elogiada pelos senadores

CCIJ encerra trabalhos com homenagem a Cabral

Diversos parlamentares discursaram ontem, durante mais de uma hora, na última sessão do ano da Comissão de

Constituição e Justiça, para homenagear seu presidente, Bernardo Cabral.

PÁGINA 5

Legislatura termina com cinco votações

O Senado encerrou ontem a Quarta Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura. A sessão final do 1998 registrou a votação de cinco matérias. Antes de encerrar os trabalhos, o presidente Antonio Carlos Magalhães desejou a todos os parlamentares e servidores um Feliz Natal e Próspero Ano Novo.

PÁGINA 4

CPI convoca institutos de pesquisa

Instalada ontem, a CPI das Pesquisas já aprovou requerimento do senador Roberto Requião convocando os diretores do Ibope, Datafolha, Vox Populi e Brasmart para prestarem esclarecimentos aos parlamentares.

PÁGINA 8

ACM recebe presidente mundial do Banco Bilbao

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem o presidente mundial do Banco Bilbao Vizcaya, Emilio de Ybarra. Na audiência, segundo Ybarra, eles trocaram impressões a respeito da evolução da economia brasileira, sua inserção no processo de globalização e as oportunidades de investimento que se oferecem para os estrangeiros interessados em contribuir para o desenvolvimento nacional.

Em encontros com o senador Anto-

nio Carlos, o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o presidente do Banco Central, Gustavo Franco, o presidente mundial do Banco Bilbao Vizcaya frisou que o dia de ontem marca a substituição definitiva do nome "Excel Econômico" pela marca "Bilbao Vizcaya do Brasil".

Emílio de Ybarra transmitiu a todas as autoridades a disposição de seu grupo em investir fortemente na economia brasileira.



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 16 DEZEMBRO DE 1998

Antonio Carlos Magalhães
Presidente

▶ 11h - Entrevista coletiva

Local: Sala de Autoridades da Presidência

▶ 13h - Almoço com jornalistas

Local: Residência oficial

▶ 15h30 - Recebe o deputado José Jorge acompanhado do representante da Unesco no Brasil, Jorge Werthein

CULTURA AO MEIO-DIA

de Walter Salles Jr. 1998

Central do Brasil

Quarta-feira 16 de dezembro - 12h

Fernanda Montenegro
Vinícius de Oliveira
Marília Pera
Othon Bastos

Senado Federal
AUDITÓRIO PETRÔNIO PORTELLA
ENTRADA FRANCA

Realização: **RELACIONES PÚBLICAS**

Apoio: **RIOFILME**

Senado lança novos produtos na área de informática

Ao apresentá-los, em ato solene, Antonio Carlos Magalhães saudou o trabalho feito pelo Prodasen "em benefício do Legislativo"

Em discurso que pronunciou ontem, por ocasião do lançamento de seis novos produtos desenvolvidos pelo Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen), o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse que os servidores da Casa "estão à altura do trabalho que ora é realizado no Congresso Nacional e que esse lançamento é o início do muito que se fará na área de informática, onde o Senado tem-se sa-

lientado entre as instituições parlamentares mundiais".

Ele agradeceu em nome de todos os senadores "pelo trabalho do Prodasen e de outras seções da Casa em benefício do Legislativo", e desejou votos de feliz Natal e ano novo aos senadores e servidores do Senado. O lançamento dos novos produtos do Prodasen ocorreu no Café dos Senadores.

Os lançamentos apresentados na solenidade incluem a nova versão do

acompanhamento do Orçamento da União pela Internet; o Museu Eletrônico do Senado; o Sistema de Informações Legislativas (SIL), via Internet; o Guia do Servidor, pelo sistema interno de microcomputador; o programa Matérias Legislativas (Mate); e o *Dataware house*, um balanço das ações implementadas no Senado na área de informática durante os dois anos em que Antonio Carlos Magalhães esteve à frente da Mesa Diretora.



Liderada por Francelino, bancada foi a ACM para dizer que o PFL de Minas quer ter maior participação no segundo governo FHC

Bancada do PFL de Minas reivindica indicação do ministro da Agricultura

Integrantes da bancada do PFL de Minas Gerais estiveram reunidos na noite de ontem com o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães para reivindicar seu apoio à indicação do deputado Carlos Melles (PFL-MG) para o Ministério da Agricultura.

A revelação foi feita pelo senador Francelino Pereira (PFL-MG), que li-

derou a representação de Minas na reunião com Antonio Carlos. Em entrevista após o encontro, ele disse que seu estado "faz parte do Centro-Sul do país e não poderia ficar indiferente à formação do novo ministério, assim como o presidente da República não poderia governar sem Minas e sem o PFL".

Francelino enfatizou que o deputa-

do Carlos Melles, na sua opinião e dos parlamentares de Minas Gerais, tem grande experiência nas áreas econômica, agrícola e industrial. Ele acrescentou que a bancada terá encontros com o senador eleito Jorge Bornhausen (PFL-SC), com o vice-presidente Marco Maciel e ainda com o presidente da República para reforçar o pleito.

Congresso firma convênio com Instituto do Coração

O presidente do Congresso, Antonio Carlos Magalhães, assinou convênio para intercâmbio de informações técnicas, conhecimentos e experiências entre os departamentos médicos das duas Casas do Congresso Nacional e o Instituto do Coração (Incor), de São Paulo.

O senador definiu o documento como "um contrato histórico", pela possibilidade de os membros do Legislativo brasileiro passarem a contar com o suporte de um "instituto de excelência" em área

crítica, como é a cardiologia.

"Sou testemunha e vivi esse drama", disse, emocionado, Antonio Carlos, lembrando a morte do filho, para depois manifestar confiança em que, a partir desse convênio, os médicos do Senado e da Câmara dos Deputados passarão a contar com o que há de melhor no campo da cardiologia para desenvolver seu trabalho de assistência aos integrantes do Poder Legislativo.

Já o diretor do Incor, José Antonio

Ramirez, destacou a disposição do Instituto do Coração em colaborar ao máximo com o aprimoramento profissional dos médicos do Congresso. Essa contribuição se dará por meio de encontros técnicos, teleconferências e um programa de atividades comuns, segundo o diretor do Incor. Assinaram o convênio, além de Antonio Carlos, o diretor do Incor e os diretores-gerais do Senado, Agaciela da Silva Maia, e da Câmara, Ademar Sabino.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciela da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade
Editor-Chefe: Djalba Lima
Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo
Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Coordenação Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Congresso promulga a reforma da Previdência

Antonio Carlos Magalhães assina emenda constitucional que modifica sistema de aposentadorias e elogia deputados e senadores, que, segundo ele, podem encarar “de frente erguida” a opinião pública nacional

Em sessão solene do Congresso Nacional, foi promulgada ontem pelas Mesas do Senado e da Câmara a emenda constitucional da reforma da Previdência Social, que altera as regras para a aposentadoria dos trabalhadores da iniciativa privada e do serviço público (veja o infográfico ao lado).

A reforma da Previdência, cujo texto será publicado hoje no *Diário Oficial da União*, tramitou por quase quatro anos na Câmara dos Deputados e no Senado e, segundo o presidente do Congresso Nacional, senador Antonio Carlos Magalhães, é fruto de intenso trabalho dos parlamentares.

– Muitos debates foram travados nas duas Casas do Congresso. E se concede ao governo o instrumento hábil para que possa melhorar o sistema previdenciário do país. Ainda há que se fazer muita coisa, mas isso se dará dentro do espírito que comandou os parlamentares nesta legislatura – afirmou.

Antonio Carlos elogiou o trabalho dos parlamentares nos últimos quatro anos e disse que a Nação espera o mesmo comportamento da próxima legislatura, a se iniciar em 1999.

– Os deputados e senadores cumpriram rigorosamente com seus deveres e podem olhar de frente erguida para a opinião pública nacional, a despeito de quaisquer outros comentários. Damos as legislações indispensáveis para que o Executivo possa atuar e continuaremos a colaborar para que se possa vencer a crise econômica e propiciar a estabilidade fiscal – ressaltou.

Estiveram presentes à sessão, realizada no plenário do Senado, além do presidente do Congresso, o presidente da Câmara, deputado Michel Temer, o ministro da Previdência Social, senador licenciado Waldeck Ornelas, e a secretária-executiva do Ministério da Administração e Reforma do Estado, Cláudia Costin.



Sessão solene de promulgação da reforma da Previdência lotou o plenário e contou com a presença de autoridades

ACM: subsídio dos parlamentares ainda não está decidido

“Tudo que se disser sobre o teto de R\$ 12.720,00 para os parlamentares não é verdadeiro, porque nós só vamos tratar dessa matéria em fevereiro.” A afirmação é do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, ao esclarecer ontem o novo teto salarial definido pelos presidentes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

O presidente do Senado reconheceu os problemas que todos os parlamentares estão vivendo em seus estados e na capital e afirmou: “Acho do meu dever comunicar-lhes que ontem (*segunda-feira*) foi estabelecido um teto máximo de R\$12.720,00 e isso não significa que tenhamos esse teto como remuneração dos nossos subsídios.”

Antonio Carlos Magalhães sustentou que a imprensa não tem sido justa com o trabalho do Congresso, razão pela qual ele considerou relevante dizer que a decisão sobre o teto não foi tomada “e pro-

vavelmente não será tomada agora, porque os senadores, deputados e todos os congressistas agem com espírito público e não com interesse no subsídio”. Ele observou, contudo, que essa remuneração será posteriormente definida:

– É necessário fixar um subsídio e, na hora própria, ele será fixado. E não significa que seja de R\$12.720,00. Há muitas coisas para modificar e nós pretendemos modificar de acordo com o presidente da Câmara, Michel Temer, para que o Congresso possa sempre ter a atitude que tem tido de defesa do interesse público, com a autoridade que nós recebemos das urnas. Isso é importante que se diga – disse, acrescentando que, qualquer que seja o valor previsto para o teto do funcionalismo, ele deverá entrar em vigor a partir de 1º de fevereiro de 1999.

EMENDA ALTERA REGRAS DE APOSENTADORIA

A Emenda Constitucional promulgada ontem pelo Congresso Nacional altera 17 artigos da Constituição Federal, modificando o sistema de previdência social e estabelecendo regras de transição para os trabalhadores que já contribuem. A seguir algumas das principais alterações impostas pela reforma da Previdência.

TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

As aposentadorias não se baseiam mais no tempo de serviço. A exigência agora é o tempo de contribuição. O tempo de serviço que puder ser comprovado até a data da promulgação será considerado tempo de contribuição. Na iniciativa privada, quem já está trabalhando terá aposentadoria integral depois de 35 (homens) ou 30 anos de contribuição (mulheres). São necessárias também as idades mínimas de 53 anos, para homens, e 48, para as mulheres. Quem ingressar no sistema a partir da reforma, além do tempo de contribuição, só poderá se aposentar com 60 anos (homens) ou 55 anos de idade (mulheres).

SERVIÇO PÚBLICO

Quem ingressar no serviço público depois da promulgação da emenda só poderá se aposentar depois de 35 anos de contribuição e 60 de idade, se homem, ou 30 e 55 anos, se mulher. Isso só será possível após dez anos de permanência no serviço público e cinco no cargo em que se dará a aposentadoria. Os atuais servidores poderão optar entre as regras aplicáveis aos novos funcionários públicos e o sistema de transição, que exige idade mínima de 53 anos para homens e 48 para mulheres e um período de trabalho adicional, correspondente a 20% do tempo que falta para se aposentar hoje.

APOSENTADORIA PROPORCIONAL

Acaba, para quem entrar no sistema a partir de agora. Para os atuais contribuintes, são necessários 30 anos de contribuição e 53 de idade (homens) ou 25 e 48 (mulheres), além de um período de trabalho extra, fixado em 40% do tempo que faltaria para fazer jus ao benefício pelas regras anteriores.

APOSENTADORIAS ESPECIAIS

Somente professores de primeiro e segundo grau e empregados em atividades insalubres e perigosas têm direito.

DIREITO ADQUIRIDO

Quem tiver direito à aposentadoria pelas regras antigas, até a data da publicação da emenda no *Diário Oficial da União* terá o benefício garantido, mesmo que deixe para se aposentar depois.

Cabral faz defesa do Poder Legislativo

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) recorreu ontem a pronúncia feita por ele em 11 de outubro de 1968, três meses antes da edição do Ato Institucional nº 5, para destacar uma conjuntura em que, à semelhança do que ocorre agora, o Poder Legislativo sofreu uma ofensiva a fim de desprestigá-lo:

– Aqui se processa a democracia e é uma honra pessoal pertencer ao Poder Legislativo – disse, questionando as razões pelas quais as críticas feitas ao Parlamento não são respondidas.

Uma dessas razões estaria na força crescente do Executivo, como o próprio senador apontou em sua manifestação de 1968. “Cada vez mais os comentários dos parlamentares



Bernardo Cabral

são desprestigiados”, dizia então Cabral, de modo que “a política teria adquirido a sinonímia de tudo o que é vergonhoso”.

No entanto, leu o senador em seu pronunciamento, “infelizmente premonitório”, de trinta anos atrás:

“Um Legislativo subordinado ao Executivo é um passo para a ditadura”.

Em outro trecho pinçado por Cabral de seu discurso de 1968, o senador observava que, naquele ano, a redemocratização de 1946 era “apenas um bruxuleante resquício”.

Em aparte, o senador Lauro Campos (PT-DF) afirmou que Cabral, ontem e hoje, mostra indiferença ao exercício do poder pelo poder e dá uma lição sobre como vai-se construindo um processo de autoritarismo e de centralização do poder político. “O pronunciamento feito em 1968 deve ter incomodado os príncipes de então”, avaliou o senador.



O senador Carlos Bezerra emitiu parecer favorável ao pedido



Jäder Barbalho condicionou o seu voto à libertação de capitã da Polícia Militar

Libertados recursos para sanear Banco do Pará

Com base no Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, os senadores aprovaram parecer favorável do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) a contrato de crédito firmado entre a União, o governo e o banco estadual do Pará, no valor de R\$ 97,5 milhões. Os recursos do Tesouro Nacional serão integralmente utilizados no saneamento do Banco do Estado do Pará (Banpará), com vistas à sua privatização.

O senador Jäder Barbalho (PMDB-PA) condicionou seu voto à garantia de que a capitã Vanessa Vasconcelos, "pre-

sa política", seja libertada pelo governo. Durante a campanha eleitoral, a capitã licenciou-se de seu cargo na Polícia Militar para exercer a função de jornalista. Mesmo licenciada, recebeu pena de 30 dias de reclusão, decretada "pelo comandante da chacina de Eldorado dos Carajás", informou o senador.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, que se comunicou com o governador Almir Gabriel para solicitar a libertação da capitã, disse ao senador paraense que obteve o compromisso da libertação. "Acredito que já o tenha feito", afirmou.



RESULTADO DA ORDEM DO DIA

TERÇA-FEIRA, 15 DE DEZEMBRO DE 1998

1

Projeto de Resolução nº 116, de 1998. CAE. Autoriza o estado do Acre a realizar operação de crédito baseada no contrato de abertura de crédito, celebrado entre a União, o estado do Acre e o Banco do Estado do Acre, em 31.3.98, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.

Resultado: Aprovado. À promulgação.

2

Projeto de Resolução nº 117, de 1998. CAE. Autoriza o estado do Rio de Janeiro a contratar operação de crédito no valor de duzentos e noventa e seis milhões, duzentos e vinte e um mil e setenta reais, junto ao Banco do Brasil S.A., cujos recursos serão destinados à compensação parcial de perdas de receita decorrentes da implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, incorridas no exercício de 1998.

Resultado: À promulgação.

3

Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 1991 (nº 3.657/89, na Casa de origem). Dispõe sobre a extinção progressiva dos manicômios e sua substituição por outros recursos assistenciais e regulamenta a internação psiquiátrica compulsória.

Resultado: Aprovada a Emenda nº 9-Plen (substitutivo). Prejudicados o projeto, as Emendas nºs 1-CAS e 2 a 8-Plen. Apresentadas emendas, em turno suplementar. À CAS, para exame das emendas.

4

Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1995. Autores: Osmar Dias e outros. Dá nova redação ao inciso XXIX do art. 7º e revoga o art. 233 da Constituição federal (prazo prescricional das ações trabalhistas).

Resultado: Retirado da pauta.

5

Projeto de Resolução nº 164, de 1997 (Ofício nº S/75, de 1997) CAE. Autoriza o estado de Mato Grosso a elevar temporariamente o seu limite de endividamento para que possa contratar e prestar contragarantia à operação de crédito externo, com o aval da União, junto ao Banco Mundial, no valor equivalente a quarenta e cinco milhões de dólares norte-americanos, destinada a financiar parcialmente o Programa de Reforma do Estado de Mato Grosso.

Resultado: Lido e prejudicado requerimento do senador Júlio Campos, de reexame pela CAE. Aprovado o projeto e a emenda apresentada pelo relator. À CDir, para redação final.

6

Projeto de Resolução nº 103, de 1998. Autoriza o estado do Pará a contratar operação de crédito, consubstanciada no contrato de abertura de crédito celebrado entre a União, o estado do Pará e o Banco do Estado do Pará S.A., com a intervenção do Banco Central, celebrado em 30.3.98, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de R\$ 97.500.000,00.

Resultado: Aprovado o projeto. Rejeitada a Emenda nº1-Plen. À CDir, para redação final.

7

Proposta de Emenda à Constituição nº 34, de 1998. Autores: Elcio Alvares e outros. Prorroga, alterando a alíquota, a cobrança da contribuição a que se refere o art. 74 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (CPMF).

Resultado: Encerrado o segundo dia de discussão, em primeiro turno.

Fonte: Secretaria Geral da Mesa

Plenário aprova projeto que extingue manicômios

Sujeita a turno suplementar de votação, a matéria voltará à Comissão de Assuntos Sociais para a apreciação de emendas

O plenário do Senado aprovou ontem o substitutivo do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) que extingue progressivamente os manicômios, substituindo-os por outros recursos assistenciais.

Por ser um substitutivo integral ao projeto original, ele foi submetido a turno suplementar de votação, quando foram apresentadas emendas de plenário pelos senadores José Eduardo Dutra (PT-SE) e Emília Fernandes (PDT-RS). Assim, o projeto voltará à Comissão de Assuntos Sociais para apreciação dessas novas emendas.

Ao defender seu substitutivo, Sebastião Rocha ressaltou que ele é o resultado de um amplo entendimento de lideranças, sintetizando o projeto original da Câmara, do deputado Paulo Delgado (PT-MG), com o substitutivo apresentado pelo senador Lucídio Portella (PPB-PI) na Comissão de Assuntos Sociais e as emendas que foram posteriormente apresentadas na comissão. Mesmo assim, ele se dispôs a examinar as novas emendas.

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) lembrou que o projeto já tramita no Senado há oito anos, depois de ter sido aprovado na Câmara. "Esse longo tempo não quer dizer que tenha ficado engavetado. Ao contrário, houve muitos debates com setores da sociedade, atizados pelo caráter polêmico e inovador da proposta de desospitalização dos doentes mentais

em favor de um atendimento ambulatorial, e criação de hospitais-dia e hospitais-noite, deixando a internação apenas como o último recurso", argumentou.

Para Alcântara, o projeto está até contrariando o princípio brasileiro de "lei que pega e que não pega". Embora ainda não tenha sido aprovado, o projeto já gerou benefícios: vários donos de hospitais psiquiátricos procuraram o Ministério da Saúde tentando se adequar, desde já, aos novos princípios de tratamento de doentes mentais, revelou.

DECANTAÇÃO

Segundo o senador pelo Ceará, a demora da tramitação no Senado serviu para decantar as paixões, eliminar as posições extremadas e, com objetividade de argumentos, encontrar um projeto que não é o ideal mas representa um grande avanço em relação à atual situação de atendimento aos doentes mentais no Brasil. "Foi preciso acalmar quem temia que o projeto fosse abrir as portas dos manicômios e deixar os doentes abandonados na rua."

Também foi necessário superar as resistências dos familiares dos doentes. "Há um verdadeiro conluio das famílias que, não tendo com quem deixar o doente, optam pela internação, talvez sem saber que podem fazer muito mais mal do que bem", disse Alcântara. "O atendimento ambulatorial é



Sebastião Rocha destacou que o substitutivo aprovado é fruto de "um amplo entendimento"

mais barato e melhor, mas não funciona sem um apoio decisivo das famílias e da sociedade".

Demonstrando o caráter ainda polêmico do projeto, os senadores Carlos Patrocínio (PFL-TO) e Gerson Camata (PMDB-ES) defenderam pontos de vista opostos sobre a responsabilidade das famílias. Patrocínio, lembrando que muitas até escondem seus endereços, para não serem encontradas. Camata, afirmando ser muito menos difícil cuidar de um familiar acometido de câncer ou Aids, por se tratar de um processo rápido. "Um doente mental é para a vida inteira", solidarizou-se.

Autorizados empréstimos para os governos do Rio de Janeiro e Acre

O plenário do Senado aprovou autorização para o governo do estado do Rio de Janeiro contrair empréstimo junto ao Banco do Brasil, no valor de R\$ 296 milhões, como forma de compensar a perda de receitas oriunda da implantação do Fundo de Manutenção e Desenvol-

vimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

A criação do fundo obrigou os estados a repassarem recursos aos municípios para custeio do ensino fundamental e para programas de valorização do magistério.

Os senadores aprovaram também

pedido de contratação de crédito pelo estado do Acre. Os recursos, que somam aproximadamente R\$ 101 milhões, serão utilizados no Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados e servirão para sanear e liquidar o Banco do Estado do Acre.

Outros dois estados obtêm créditos

Os estados do Pará, do Amapá e do Acre poderão contrair empréstimos com a União no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados. Os créditos totalizam R\$ 274 milhões, para o Pará; R\$ 26 milhões, para o Amapá; e R\$ 19 milhões, para o Acre. O governo do estado do Rio de Janeiro e a prefeitura carioca foram autorizadas a emitir letras financeiras, para o refinanciamento da dívida

mobiliária vencível no primeiro semestre de 1999. Os projetos de resolução que autorizam as operações foram incluídos na pauta de ontem em virtude de acordo entre as lideranças partidárias.

O plenário aprovou também proposta de autorização para os estados contraírem créditos no valor global de R\$ 296 milhões, como forma de compensar as perdas decorrentes da implantação do Fun-

do de Valorização do Ensino Fundamental (Fundef). A idéia é permitir às unidades da Federação que repassaram recursos aos municípios para o Fundef o ressarcimento de perdas em suas receitas líquidas. O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) criticou a medida, que considerou um "grave precedente". Para ele, as perdas deveriam ser ressarcidas pela União e não por meio de empréstimos.

CCJ proíbe discriminação contra servidor anistiado

Já está pronta para ser enviada à Câmara, caso não haja recurso para sua apreciação pelo plenário do Senado, proposta que evita tratamento desigual a funcionários demitidos pelo ex-presidente Collor que retornaram a seus postos em 1994

Projeto facilita reforma urbana

O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) relatou e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou, na reunião de ontem, parecer favorável a projeto de lei da Câmara que permite a legalização de parcelamento de terras desapropriadas. A proposta segue para inclusão na pauta do Senado, na próxima legislatura.

— Ausência de domínio pleno por parte do poder público impede a concessão de títulos aos beneficiários finais, na maior parte das vezes, famílias de baixa renda, atendidas pelos empreendimentos populares. O problema habitacional é preocupação prioritária — relatou Josaphat.

Com a medida, a União, estados, municípios e o Distrito Federal podem adotar procedimentos mais céleres para a divisão da terra, sem a necessidade de aguardar decisão judicial referente a pagamento de indenização. Para ter efeito, a proposta modifica o decreto-lei sobre a desapropriação por utilidade pública e

as leis dos registros públicos e do parcelamento do solo urbano.

— Esse projeto enfoca problema do qual pouco se fala no Brasil, que é a reforma urbana. Muito se fala em reforma agrária, muito justa, mas se esquece que 80% da população vive em cidades — disse o senador Roberto Freire (PPS-PE), ao comemorar a aprovação.

Foi aprovado ainda parecer do senador Jefferson Péres (PSDB-AM) favorável à liberação de mais de 140 mil letras do Tesouro paulista, cujo bloqueio havia sido solicitado pela CPI dos Títulos Públicos.

A pedido do senador Romeu Tuma (PFL-SP), Jefferson Péres modificou o seu parecer por reconhecer, assim como a CPI, que o governador de São Paulo, Mário Covas, não teria praticado ilegalidade na emissão de títulos. O projeto de resolução decorrente do parecer de Jefferson pode ser incluído na pauta da convocação extraordinária.

Suplente de Ignácio pedirá licença

Em resposta a consulta feita pelo suplente do senador José Ignácio (PSDB-ES), Ricardo Ferreira dos Santos, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) concluiu que não há dispositivo que impeça o suplente de assumir o cargo de membro do Conselho de Administração do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes).

A consulta, relatada pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), foi feita em razão de convite recebido por Ricardo Ferreira para o cargo de secretário de Planejamento e Orça-

mento daquele estado, o qual deverá ocupar depois de tomar posse como senador. Caso Ricardo Ferreira oficialize sua licença no Senado, a segunda suplente, Luzia Toledo, assumirá a cadeira do governador eleito José Ignácio.

Pela legislação estadual, Ricardo Ferreira também terá que assumir a presidência do Conselho de Administração do Bandes. Porém, a Constituição sujeita o senador que for membro de conselho vinculado a sociedade de economia mista (como é o caso do Bandes) à perda do mandato.

Em caráter terminativo, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem substitutivo do senador José Bianco (PFL-RO) a projeto de lei do senador Romero Jucá (PFL-RR) que põe fim à discriminação contra os servidores públicos demitidos pelo ex-presidente Fernando Collor, anistiados em 1994.

— Constitui discriminação obstar aposentadoria de servidor, a sua cessão ou transferência a outro órgão da administração federal, proibi-lo de ocupar cargo

em comissão e registrá-lo como anistiado em sua ficha funcional ou no seu contracheque — relatou o senador José Eduardo Dutra (PT-SP), que substituiu Bianco na função.

Dutra e Esperidião Amin (PPB-SC) criticaram a necessidade de se aprovar uma lei para acabar com a discriminação, ato “visivelmente” ilegal. Jefferson Péres (PSDB-AM) sugeriu a aprovação de projeto de decreto legislativo, se cabível, ou um recurso ao Judiciário. Jucá diz ter es-

colhido o caminho do projeto de lei por saber que, na prática, a discriminação acontece.

Por solicitação de Jucá, o presidente da CCJ, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), dispensou o intervalo entre o primeiro e o segundo turnos de votação, e o projeto foi então aprovado também em turno suplementar. Assim, a proposta fica pronta para ir à Câmara dos Deputados, caso não seja interposto nenhum recurso para que ela seja submetida ao plenário do Senado.

Comissão presta homenagem a Cabral

Os senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aproveitaram a última reunião do ano para homenagear o seu presidente, senador Bernardo Cabral (PFL-AM). Eles elogiaram ainda os colegas que deixam o Senado nesta legislatura, chegando, por vezes, às lágrimas.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) chegou a sugerir a recondução de Cabral à presidência da CCJ por mais um biênio. “Ele é capaz de levar a bom termo discussões por vezes intermináveis”, identificou Simon, que se revelou um profundo admirador de Cabral e de sua biografia.

Para o senador Ramez Tebet (PMDB-MS), primeiro a falar, nunca houve período em que a CCJ tenha feito tanto, não só pelo Senado como pelo Brasil. “Cabral dirigiu a comissão com competência e coleguismo”, disse o vice-presidente da CCJ.

Autor da sugestão da realização da homenagem, o senador Romero Jucá (PFL-RR) definiu a presidência de Cabral como séria e decente, engrandecendo a comissão, o Senado e seu partido.

Como contemporâneo e contemporâneo de Cabral, o senador Jefferson Péres (PSDB-AM) lembrou que os dois nasceram na mesma cidade, no mesmo ano e no mesmo mês. “Gostaria de destacar, sobretudo, um traço de sua personalidade que é ser um mestre na difícil arte das relações humanas”, ressaltou Jefferson Péres.

O senador Francelino Pereira (PFL-MG)

Senador destaca humildade

“Quando soube da homenagem que seria feita, eu não esperava que chegasse a isso.” Essa foi a reação do presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Bernardo Cabral, ao final dos discursos dos senadores.

Enxugando os olhos, Cabral destacou as coincidências daquele momento, principalmente a reviravolta da vida, que o levou de uma pessoa que teve seus direitos políticos cassados a presidente da CCJ. “Acasos e coincidências são pseudônimos que Deus utiliza quando não quer usar o seu nome”, disse o senador. Ele afirmou que, se pudesse, incluiria a reunião de ontem na sua declaração de bens.

Cabral agradeceu a cada um dos colegas que se manifestaram. “Não sou arrogante, mas sou altivo. Sou gentil, mas não sou omissivo”, comentou, depois de ouvir elogios à sua atuação como advogado, pre-



Os senadores Ramez Tebet, à esquerda, e Francelino Pereira, à direita, participaram da homenagem a Bernardo Cabral (no centro)

afirmou que Cabral “sempre se mostrou inteligente e lúcido pela leveza com que diz as coisas mais profundas e áspers sem perder a graça”.

“Seria ocioso repetir as atribuições que o distinguem como cidadão, parlamentar e presidente da CCJ”, disse o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Para ele, a aprovação da condução dos trabalhos por Cabral é unânime.

Falando em nome do PTB, o senador Arlindo Porto (MG) ressaltou a maneira ponderada com que Cabral se portou, dando a todos a oportunidade de expressão, com justiça e respeito à democracia.

Também homenageado pelos colegas, Josaphat Marinho (PFL-BA) lembrou momentos em que esteve com Cabral, desde a cassação de seus mandatos até a convivên-

cia no Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

“Das poucas vezes em que tomou decisão adversa à nossa, o fez com tal elegância e ternura que era impossível não acatarmos a determinação”, relatou o senador José Eduardo Dutra (PT-SE), manifestando sua satisfação em conviver com Cabral.

O senador Djalma Bessa (PFL-BA) considerou o presidente da CCJ “o homem certo, no lugar certo”.

A posição de Cabral “sempre ao lado da liberdade” e sua coragem foram as características apontadas pelo senador Sérgio Machado (PSDB-CE) como marcantes no presidente da CCJ.

Pela convivência que teve com Cabral nos últimos oito anos, o senador Elcio Alvares (PFL-ES) acredita que o presidente da CCJ nasceu para ser diplomata, “o grande chanceler deste país”.

Com a voz embargada pela emoção, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) destacou a forma com que Cabral se pautou na política, sem nunca ter uma reação de rancor ou ódio. Também participaram da reunião os senadores Esperidião Amin (PPB-SC), Leonel Paiva (PFL-DF), Roberto Freire (PPS-PE), Ney Suassuna (PMDB-PB), Carlos Bezerra (PMDB-MT), Ademir Andrade (PSB-PA) e Leomar Quintanilha (PPB-TO).

Simon pede mensagem a Covas

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) pediu ao presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Bernardo Cabral (PFL-AM), que faça chegar ao governador de São Paulo, Mário Covas, uma manifestação de alegria pelo êxito da cirurgia à qual se submeteu nessa segunda-feira para a retirada de um tumor na bexiga.

Josaphat se despede

A reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em homenagem ao seu presidente, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), também serviu para que os senadores louvassem ontem a participação do senador Josaphat Marinho (PFL-BA) na comissão e no Senado. O mandato de Josaphat, que não concorreu à reeleição, encerra-se ao fim desta legislatura.

— Muito me machuca o afastamento do senador Josaphat. O vazio que aqui ele vai deixar não se justifica. Vou estudar uma fórmula que determine a obrigatoriedade de que ele fique conosco pelos próximos anos — disse o senador Pedro Simon (PMDB-RS), seguido de risadas dos membros da comissão.

O senador Jefferson Péres (PSDB-AM) afirmou que sentirá saudades da companhia de seu colega da Bahia. “Publiquei recentemente na imprensa do Amazonas artigo reconhecendo o trabalho de Josaphat Marinho”, revelou Jefferson.

Para o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), conviver com Josaphat foi um privilégio. Por ocupar a cadeira vizinha à de Josaphat em plenário, Alcântara disse ter recebido li-



Josaphat Marinho foi elogiado por vários senadores

ções que o ajudam na sua atividade política e parlamentar.

— Josaphat deixou discípulos através de sua experiência e seus exemplos, principalmente pela sua seriedade e compromisso ético — afirmou o senador Arlindo Porto (PTB-MG). Ele ressaltou que Josaphat volta à Bahia levando sua honra e sua dignidade.

A oportunidade de ter convivido com Josaphat contribuiu, segundo o senador José Eduardo Dutra (PT-SE), para a sua formação em assuntos jurídicos. Ele agradeceu as referências elogiosas feitas pelo senador baiano a ele, em recente entrevista a um periódico de Sergipe.

Em nome de seu partido, o senador Sérgio Machado (PSDB-CE) disse que Josaphat “deixa o Senado, mas não a luta de implantar no país a justiça social”.

Como líder do governo, Elcio Alvares (PFL-ES) se disse em posição de reconhecer a lealdade de Josaphat com relação às suas convicções. “Na História, haverá sempre referência obrigatória a Josaphat”, resumiu.

Falta de prevenção agravou incêndio em Roraima

Além do descuido com as atividades preventivas, desacertos administrativos e o mau uso de verbas públicas estão na raiz da tragédia ocorrida naquele estado, conclui comissão criada para investigar o assunto

No encerramento dos trabalhos da Comissão Especial do Senado sobre o incêndio florestal em Roraima, a relatora, senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), destacou que, a despeito da grande extensão do incêndio que atingiu a região Norte no primeiro semestre deste ano, a avaliação técnica dos organismos ambientais demonstrou que o fogo



Marluce: governo do estado é co-responsável pelos fatos apurados

não teve efeitos tão destrutivos como divulgaram a imprensa e o governo de Roraima.

De acordo com a relatora, os depoimentos colhidos pela comissão trouxeram à tona uma realidade marcada por hesitações administrativas, falta de atividades preventivas e má utilização dos recursos públi-

cos destinados ao combate a incêndios na região. Marluce Pinto completou que, apesar do caráter de imprevisibilidade do fenômeno climático e das históricas deficiências da administração brasileira, esses fatores apenas diminuem a responsabilidade, mas não eximem de culpa as autoridades competentes.

Marluce Pinto disse que poucas vezes se viu uma comissão de investigação parlamentar com um senso tão abrangente de imparcialidade. A senadora por Roraima lembrou que foram ouvidos, em audiência pública, desde o encarregado direto do combate ao fogo até o governador do estado, Neudo Campos, responsável pelas medi-

das administrativas e políticas.

– Ao resgatar a história da tragédia em todos os seus aspectos, nosso objetivo foi permitir que a sociedade e o governo possam estabelecer uma política eficaz e socialmente justa para a Amazônia e seu povo, sem embargo de outras medidas de caráter de responsabilização surgirem dessa investigação – afirmou Marluce Pinto.

A comissão sobre o incêndio em Roraima, presidida pelo senador Romero Jucá (PFL-RR), foi criada em abril de 1998 para acompanhar as providências e investigar os fatos, as circunstâncias e causas do incêndio que atingiu a região amazônica. A sua instalação foi requerida pelo próprio Jucá e pela senadora Marluce Pinto.

Além deles, também participaram da reunião de ontem os senadores Nabor Júnior (PMDB-AC), Jefferson Péres (PSDB-AM) e Ademir Andrade (PSB-PA).

Senadores recomendam replantio

O relatório final da Comissão Especial do Senado sobre o incêndio florestal em Roraima sugere uma reorientação da política de desenvolvimento da Amazônia. O documento – apresentado pela relatora, senadora Marluce Pinto, e aprovado pelos integrantes da comissão – aponta nove recomendações para evitar que desastres semelhantes se repitam.

A proposta da comissão é investir no desenvolvimento da região aumentando a produtividade dos programas agroflorestais e extrativistas sem que haja crescimento das derubadas. O relatório também defen-



O senador Romero Jucá presidiu os trabalhos da comissão

de a implantação de programas de revegetação das margens de rios e reservas legais através da produção comunitária de mudas em viveiros.

A comissão também recomendou a execução de

um projeto de prevenção e de combate aos incêndios florestais envolvendo órgãos governamentais, sindicatos dos produtores rurais, líderes comunitários e outros usuários do solo da região.

A intensificação do monitoramento das queimadas e dos seus efeitos sobre as florestas é outra sugestão apresentada.

CRE acolhe indicação de Affonso Muzzi para embaixada na Malásia

“A Malásia é peça-chave na estratégia de inserção do Brasil no Sudeste Asiático, dentro do processo de diversificação de parcerias.” A afirmação foi feita ontem pelo diplomata Geraldo Affonso Muzzi durante exposição na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), que aprovou seu nome para o cargo de embaixador junto àquele país. A matéria agora vai a plenário.

A mensagem presidencial indicando Affonso Muzzi para embaixador em Kuala Lumpur recebeu parecer favorável do senador Artur da Távola (PSDB-RJ). Durante a sabatina, Távola o interpelou sobre as perspec-

tivas das relações bilaterais entre o Brasil e a Malásia, bem como de que maneira ele pretende enfrentar o grave problema das madeiras da Malásia na Amazônia.

A crise asiática – segundo Muzzi – reverteu um quadro de crescimento entre essas relações comerciais, que nunca foram muito expressivas. Ela interrompeu um longo período de prosperidade, pois o crescimento da economia da Malásia, em 97, foi de 7,8%, enquanto as estimativas para 1999 são de 1%, afirmou.

No que diz respeito aos temores apresentados pela ação das madeiras na região amazônica, Affonso

Muzzi disse que considera a questão grave. No entanto, ele lembrou que uma comitiva de parlamentares brasileiros, coordenados pelo deputado Gilnei Viana, visitou a região mais afetada pela ação das madeiras e concluiu “que a destruição não é tão dramática”.

ESTÔNIA

Com parecer favorável do senador Abdias Nascimento (PDT-RJ), a CRE também aprovou a indicação do atual embaixador do Brasil na Finlândia, José Olympio Rache de Almeida, para exercer, cumulativamente, o mesmo cargo junto à República da Estônia.



Muzzi (na foto, ao lado do senador Lúdio Coelho) explicou a importância das relações com a Malásia

Aprovados protocolos de integração com o Mercosul

A Comissão de Relações Exteriores aprovou ontem dois protocolos de integração entre os países-membros do Mercosul. Com pareceres favoráveis do senador Artur da Távola (PSDB-RJ), o primeiro protocolo trata da integração educacional para a formação de recursos humanos no nível de pós-graduação, enquanto o segundo diz respeito à integração cultural entre os países do bloco.

Conforme o relator, o protocolo assinado pelos chanceleres da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, em dezembro de 1996, tem como objetivos a formação e o aperfeiçoamento de docentes universitários e pesquisadores; a construção de um sistema de intercâmbio entre as instituições; a troca de informações, de documentação especializada e de publicações; e o estabelecimento de critérios e padrões comuns de avaliação da pós-graduação.

Já o protocolo que trata das questões culturais prevê a promoção de atividades a serem desenvolvidas no sistema de co-produção, em benefício das expressões culturais relacionadas às tradições históricas e aos valores de cada um dos países, abrangendo folclore, música, artes plásticas,

cinema, vídeo, rádio e televisão.

A CRE também aprovou Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação Financeira celebrado entre o Brasil e a Alemanha, com parecer favorável do senador José Agripino Maia (PFL-RN). Os três protocolos serão enviados ao plenário para discussão e votação.

ENSINO

A comissão aprovou parecer favorável do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) a projeto de modernização do Sistema de Ensino do Exército. O senador destacou que a medida “contribui para o aprimoramento da formação e do contínuo aperfeiçoamento profissional do militar daquela força, com conseqüências marcantes para a defesa nacional”.

Coube ao senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) relatar projeto que aprova texto da Convenção do Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado (Unidroit) sobre bens culturais furtados ou ilicitamente exportados. A proposta também foi aprovada pela Comissão de Relações Exteriores. O presidente em exercício da CRE, senador Romeu Tuma (PFL-SP), disse que encaminhará a cópia do parecer para a Interpol, “que tem interesse no assunto”.

Romeu Tuma relata esforço mundial contra criminalidade

Como vice-presidente honorário da Interpol, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) fez um balanço da 67ª Reunião da Assembleia Geral da Organização Internacional de Polícia Criminal (Interpol), realizada no Cairo entre 22 e 27 de outubro, com base nas informações que recebeu sobre o encontro. Segundo ele, os temas principais de discussão foram os reflexos das dificuldades financeiras internacionais no funcionamento da instituição e o terrorismo, além do transcurso do 50º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Tuma disse que as preocupações da instituição giram em torno do caráter cada vez mais internacional e complexo da delinqüência, incrementando as dificuldades de obtenção de provas. Em conseqüência

disso, requer-se o aprimoramento das medidas de repressão. “Os crimes relacionados com a alta tecnologia e o branqueamento de dinheiro são um exemplo claro do problema”, esclareceu o senador. Ele acrescentou que se torna indispensável, portanto, criar mecanismos de coordenação entre outros organismos internacionais. Assim está sendo implementado o Plano de Desenvolvimento Estratégico e foi aprovado pela assembleia geral um fundo especial destinado a receber doações através de fundações.

O senador destacou que atividades delituosas como o terrorismo e o crime organizado e, especialmente, o tráfico de drogas e de armas foram apontadas pela reunião como “grave perigo para os direitos humanos, o interesse dos povos e



Tuma: preocupações com a chamada “ciberdelinqüência”

os valores das sociedades democráticas e seus regimes políticos”. Com o objetivo de conscientização desses problemas, a assembleia aprovou o novo “Guia Interpol de Cooperação na Luta Contra o Terrorismo Internacional” e resolveu defender a idéia de executar um plano destinado a intensificar a cooperação policial e judicial entre os países-membros.

“Ficou claro também que se deve dar excepcional atenção aos temas relativos à ‘ciberdelinqüência’, ou seja, à criminalidade informatizada”, afirmou Romeu Tuma.

Jonas critica falta de apoio aos produtores de algodão no Brasil

A redução da alíquota de importação do algodão desestimulou o setor produtivo nacional. É a opinião do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), em entrevista à TV Senado (*veja Programação*). Além da alíquota de importação reduzida, o algodão produzido no Brasil enfrenta a concorrência com um produto que é altamente subsidiado em outros países, denunciou o senador.

Segundo ele, o Brasil já foi exportador de algodão, mas hoje é o maior importador do produto. Em 97 importou 500 mil toneladas, o que representa uma saída de divisas em torno de US\$ 1 bilhão, lamentou.

Barelli defende medidas contra desemprego em 99

As taxas de desemprego previstas para o próximo ano, em torno de 12% a 13%, exigem que o governo tome medidas preventivas. A opinião foi manifestada pelo professor da Unicamp, Walter Barelli, no programa *Agenda Econômica*, que vai ao ar hoje na TV Senado (*veja Programação*).

O ex-ministro do Trabalho analisou as causas da recessão e propôs alternativas, como a ampliação do setor de serviços, o que mais emprega mão-de-obra no país hoje. Barelli também defendeu investimentos nos setores econômicos que possuem mais possibilidade de gerar divisas para o Brasil.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

- 7h - *Saúde Todo Dia* - O programa trata da importância da atividade física para a saúde. Atividade: Tai-chi-chuan.
- 7h30 - *Especial/Unip* - Programa produzido pela Universidade Paulista; Assunto: Cirurgia da Obesidade - 1ª parte.
- 8h - *Saúde Todo Dia* - Ginástica Olímpica.
- 8h30 - *Jornal do Senado*
- 9h - *Cores do Brasil* - Uma viagem pelo país mostrando todo o seu potencial cultural. Em destaque, Linha Verde da Bahia.
- 9h30 - *Entrevista* - O senador Jonas Pinheiro fala sobre a redução da alíquota de importação do algodão, que desestimulou o setor produtivo nacional.
- 10h - *Cores do Brasil* - Amazonas.
- 10h30 - *Saúde Todo Dia* - Tai-chi-chuan.
- 11h - *Especial Unip* - O médico Dráuzio Varella entrevista Rubens Reimão. Assunto: Insônia - 1ª parte.
- 11h30 - *Espaço Cultural* - Apresentando uma entrevista com o ator Sérgio Brito e flashes de seu espetáculo *Meninos, eu vivi*.
- 12h - *Cores do Brasil* - Espírito Santo.
- 12h30 - *Entrevista* - O senador Jonas Pinheiro fala sobre a redução da alíquota de importação do algodão, que desestimulou o setor produtivo nacional.
- 13h - *Cores do Brasil* - Serra dos Órgãos.
- 13h30 - *Agenda Econômica* - O ex-ministro do Tra-

balho, Valter Barelli fala sobre *desemprego*.

14h30 - *Palestra* - Excelência Humana

15h30 - *Espaço Cultural* - Apresentando a Orquestra de Violões.

16h30 - *Especial/Unip* - Assunto: Cirurgia da Obesidade - 1ª parte.

17h - *Cores do Brasil* - Rio de Janeiro.

17h30 - *Entrevista* - O senador Jonas Pinheiro fala sobre a redução da alíquota de importação do algodão, que desestimulou o setor produtivo nacional.

18h - *Espaço Cultural* - Apresentando a Orquestra de Violões.

19h - *Palestra* - Excelência Humana

20h - *Cores do Brasil* - Espírito Santo.

20h30 - *Entrevista* - O senador Jonas Pinheiro fala sobre a redução da alíquota de importação do algodão, que desestimulou o setor produtivo nacional.

21h - *Jornal do Senado*

21h15 - *Agenda Econômica* - O ex-ministro do Trabalho, Walter Barelli fala sobre *desemprego*.

22h - *Cores do Brasil* - Dendê da Bahia.

22h30 - *Especial Unip* - Assunto: Insônia - 1ª parte.

23h - *Agenda Econômica* - O ex-ministro do Trabalho, Walter Barelli fala sobre *desemprego*.

0h - *Espaço Cultural* - Apresentando a Orquestra de Violões.

Obs.: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala Cidadão".

Amin despede-se para assumir governo de SC

Comunicação inadiável impede apartes no discurso em que senador disse "até logo" aos seus colegas e elogiou servidores

Numa comunicação inadiável, onde não são permitidos apartes, o senador Esperidião Amin (PPB-SC), despediu-se ontem do Senado para assumir, no dia 1º de janeiro, o cargo de governador de Santa Catarina. "Aqui estou, cumprindo o dever constitucional de dizer *até logo*, colegas do Senado", afirmou o parlamentar, ao começar sua despedida. Ao final, foi intensamente aplaudido.

Ele disse ter aprendido com todos no Senado, incluindo-se aí parlamentares e funcionários. "Não houve ninguém que não tivesse me propiciado aprender. E a média foi muito boa para o meu aprendizado e para o meu amor pelo país", declarou o senador. Ele pediu desculpas por algum constrangimento que tenha causado pelo seu jeito de ser, e homenageou especialmente os servidores da Casa.

— Aprendi muito a respeitar o servi-



Amin: "Senado engrandece a democracia pelos senadores e pelos seus funcionários"

dor aqui. O Senado engrandece a democracia brasileira, tanto pelos senadores quanto por seus excelentes quadros — afirmou Amin.

No propósito de deixar um tema para reflexão em sua despedida, o senador

sustentou que o Senado é a Casa da Federação e é muito comum, quando são feitas propostas para salvação nacional, que os governos sejam tentados a reduzir a Federação. "É muito comum comprometer-se o espírito federativo", alertou ele.

Amin disse que essa não era sua última intervenção junto à Casa, visto que continuará a frequentá-la, "mas do outro lado do balcão". E deu o seguinte conselho a quem estava no plenário: "Cuidem muito bem do Brasil, mas não se esqueçam da Federação".

Ele pediu à Mesa Diretora que registrasse o enunciado da sua renúncia a termo, visto que não poderá estar na Casa para fazer esse pedido no dia em que assumir o governo de Santa Catarina. Bem-humorado, solicitou: "Gostaria que V.Exa. considerasse assinalar minha renúncia às 10h29 da manhã de 1º de janeiro". Todos riram.

ACM diz que senador fará falta

Falando em nome do plenário, visto que a despedida do senador Esperidião Amin não comportou apartes, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem que o novo governador de Santa Catarina foi um dos parlamentares mais atuantes da Casa em todos os tempos.

— V.Exa. sabe que todos desejariam felicitá-lo pela sua atuação no Senado e pelo governo que certamente fará em Santa Catarina — afirmou o presidente do Senado, lastimando que, sendo a

despedida apresentada como uma comunicação inadiável, os outros senadores não tenham podido homenagear Amin em plenário.

Antonio Carlos Magalhães lembrou que o novo governador catarinense sempre se distinguiu pela inteligência e competência. "E pelo seu modo de ser, que é peculiar, e isso, ao invés de o tornar menor, torna-o maior, porque é uma figura que age pelos impulsos, age ponderado quando é necessário, age com cautela e com o vigor de sua inte-

ligência, sempre."

O presidente do Senado disse estar certo de que Amin fará muita falta ao Legislativo. "Santa Catarina pode ganhar, mas o Senado perde com a sua ausência. Daí porque quero desejar-lhe todas as felicidades e informar que, não por sua iniciativa, mas por iniciativa da Mesa, sua renúncia só será publicada no dia 1º de janeiro. Parabéns a V.Exa., êxito no seu estado e a saudade dos seus companheiros desta Casa."

Althoff promete dedicar mandato à defesa dos interesses de Santa Catarina

O senador Geraldo Althoff (PFL-SC) traçou ontem, em seu discurso de apresentação em plenário, as diretrizes de sua atuação no Senado, onde substituirá o senador Wilson Kleinübing, recentemente falecido. "Serei vigilante em relação aos interesses de Santa Catarina, para assegurar a todos os seus cidadãos oportunidades de trabalho e de melhoria da renda familiar, bem como pleno acesso aos serviços de saúde e educação pública de boa qualidade."

Para Althoff, será difícil a missão de substituir Kleinübing. "Ele deixou uma imagem do político que se preocupa com o dinheiro público, defendendo com intransigência que o bem público é do povo e, em seu benefício, deve ser utilizado. A palavra que melhor o identifica é cidadão. Kleinübing foi um cidadão na verdadeira acepção da palavra".

O novo senador por Santa Catarina disse identificar no Senado Federal não somente uma Casa que legisla e fiscaliza, mas também uma Casa de cultura, de respeito à opinião individual de cada um, de cada partido ou bloco parlamentar. "Aqui se faz e se exerce a verdadeira democracia", ressaltou.

Em apartes, os senadores Edison Lobão (PFL-MA), José Roberto Arruda (PSDB-DF), Casildo Maldaner (PMDB-SC), Esperidião Amin (PPB-SC) e Carlos Patrocínio (PFL-TO) manifestaram respeito e admiração por Kleinübing, prometendo colaborar com Althoff acima de interesses político-partidários, em prol de um Brasil melhor.

Para o líder do governo no Senado, senador Elcio Alvares (PFL-ES), Kleinübing se notabilizou na área econômica, defendendo a necessidade de um ajuste das contas públicas com zelo e até intransigência. "Ele era



Para o senador Geraldo Althoff, "no Senado se faz e se exerce a verdadeira democracia"

um legítimo representante do trabalho responsável e tenho certeza de que o senador Althoff será um continuador de seu empenho", finalizou.

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
 - Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F
- Informações técnicas:
 - Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
 - Satélite: Brasilsat B2
 - Polarização: Vertical (RX)
 - Modo: Joint-Stereo
 - Taxa: 128 Kbps-BPSK
 - Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

CPI vai investigar institutos de pesquisa

Instalada ontem à noite, comissão mista de inquérito já aprovou requerimento do relator escolhido, senador Roberto Requião, para convocação de dirigentes das empresas Ibope, Datafolha, Vox Populi e Brasmart

A CPI, cujo relator será o senador Roberto Requião (E), terá como presidente o deputado Maluly Neto (C) e como vice o senador Ademir Andrade (D)



Ademir condena cortes no sistema de auditoria de saúde

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) manifestou sua preocupação com o enfraquecimento da atuação do Sistema Nacional de Auditoria (SNA), do Ministério da Saúde, encarregado da fiscalização das ações e dos serviços de saúde. O SNA, segundo o senador, está sendo atingido por medidas de economia adotadas pelo ministro da Saúde, José Serra, que vêm dificultando a sua atuação, levando-o a um processo de fragmentação e desestruturação.

Classificando a auditoria como uma função estratégica do ministério, Ademir Andrade defendeu a criação de uma carreira estruturada para os 1.102 funcionários que desenvolvem esta atividade, em todo o país, para que tenham credencial e apoio logístico necessário ao desempenho de suas funções.

– Sabemos muito bem que a fiscalização rigorosa da aplicação dos recursos públicos inibe os desvios, dificulta as irregularidades e as fraudes. Com uma auditoria rigorosa consegue-se tapar os ralos por onde escoar dinheiro público – afirmou.

Ademir Andrade lembrou que o pró-

prio presidente Fernando Henrique Cardoso defende a tese de que a má gestão na saúde leva a gastos exagerados impedindo o atendimento adequado da população.

Para evidenciar a importância das ações do SNA, o senador citou o aumento no número de auditorias realizadas pelo Ministério da Saúde, que passou de 1.200 em 96 para 3.500 em 97, com o volume de notificação de débito tendo crescido em R\$ 87 milhões no período. Esse resultado, segundo Ademir, deu-se graças à implementação de um sistema de capacitação contínua dos profissionais do SNA.

Ademir Andrade disse que o enxugamento da estrutura do SNA não parece oportuno, pois acarretará menor rigor na fiscalização e um número maior de fraudes e corrupçãoes. Os maiores prejudicados, frisou, serão os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

O Tribunal de Contas da União, lembrou o senador, vem cobrando providências do Ministério da Saúde, em face da morosidade do processo de reestruturação do ministério, em geral, e do SNA, em particular.

Pedido de informação inclui nove itens

1) todos os resultados das pesquisas realizadas nas eleições de 1998, em todo o território nacional. As informações deverão ser detalhadas por municípios e nas cidades com número de eleitores superior a 100 mil, detalhadas por bairro;

2) nome dos patrocinadores de cada pesquisa;

3) cópia de todos os contratos as-

sinados em 1998;

4) lista dos 30 maiores clientes por faturamento, em 1997 e 1998;

5) cópia do balanço de 1997 e dos balancetes mensais de 1998;

6) descrição da composição societária e diretoria desde 1997, com as mudanças ocorridas até o dia 15 de dezembro;

7) listagem de todas as contas ban-

tos que forneçam informações sobre o trabalho realizado no último pleito e sobre a situação financeira e administrativa das empresas (veja quadro). Os institutos terão até o dia 31 de dezembro para enviar as informações.

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) foi o autor do requerimento que criou a comissão, que será composta por 22 parlamentares, 11 deputados e 11 senadores. A próxima reunião da CPMI será realizada no dia 06 de janeiro, quando deverão ser definidas as datas em que os dirigentes dos institutos serão ouvidos.

cárias mantidas no país e no exterior, em nome da empresa, dirigentes e sócios majoritários;

8) listagem de todas as linhas telefônicas utilizadas pela empresa, dirigentes e sócios majoritários, inclusive celulares e residenciais; e

9) identificação dos veículos de comunicação que divulgaram oficialmente as pesquisas em cada estado.

Maldaner lança CD-ROM com presença de ACM

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, participou na manhã de ontem do lançamento do primeiro CD-ROM individual por um senador da República. O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) explicou, ao apresentar o trabalho, que essa mídia “poderá ser a mais eficiente e mais prática forma de comunicação no próximo milênio”.

No CD-ROM, o senador catarinense apresenta informações sobre sua atua-

ção parlamentar e pronunciamentos que fez nesta legislatura, bem como dados sobre Santa Catarina e o Mercosul. Também são abordados temas referentes à Constituição federal, ao funcionamento do Congresso e suas Casas, à evolução das medidas provisórias e à estrutura do governo federal. O ato de lançamento contou com a participação de diversos parlamentares, diplomatas, dirigentes e servidores do Senado Federal.



Casildo Maldaner considera CD-ROM forma “mais eficiente” de comunicação do próximo milênio

Emília elogia SOS Leite e Encontro de Mulheres da Floresta

Última oradora da sessão plenária de ontem, a senadora Emília Fernandes (PDT-RS) registrou como extremamente significativos dois eventos: a manifestação SOS Leite, que reuniu produtores preocupados com a situação do setor em todo o país; e o 1º Encontro Internacional de Mulheres da Floresta, que reuniu amazônidas com o ideal de construir um mundo mais feminino.

A reunião do SOS Leite, lembrou a senadora, aconteceu no dia 9 de dezembro, no Auditório Nereu Ramos, quando os produtores denunciaram a grave situação da pecuária, devido aos altos custos de produção e, especialmente, as importações indiscriminadas de produtos, que chegam ao Brasil com



Emília Fernandes destacou sonho das mulheres de criar um mundo melhor e mais feminino

preços subsidiados pelos países de origem, promovendo uma concorrência totalmente desleal com os produ-

tores nacionais.

Com dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI), ela informou que as importações aumentaram 17% de janeiro a outubro de 1998, em relação a igual período do ano passado, fazendo com que o Brasil tenha importado cerca de 2 bilhões de litros de leite, correspondendo a um gasto com divisas de aproximadamente US\$ 436 milhões.

Emília Fernandes disse que, apenas em leite em pó, o país importou cerca de 147 mil toneladas, o que corresponde a quase 50% da pro-

dução nacional, significando um aumento de 24% em relação às importações feitas no ano passado. O mesmo ocorreu com o soro de leite, que teve suas importações aumentadas em 187% nos primeiros meses do ano. Em consequência dessa política, ela disse que o preço do litro de leite no Brasil é um dos mais baixos do mundo – em média R\$ 0,22.

AMAZÔNIDAS

Falando em seu nome e no da senadora Marina Silva (PT-AC), Emília Fernandes registrou também a realização do 1º Encontro Internacional de Mulheres da Floresta, lendo o manifesto desse movimento. “O Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia

concretiza um antigo sonho de coletivizar as lutas e conquistas das amazônidas. A força da beleza cultural numa mistura de raças, artes, riquezas e discussões centradas nos temas mulher, meio ambiente e desenvolvimento”, recitou a senadora.

Ela observou que essas mulheres, entre elas representantes de entidades não-governamentais e pesquisadoras, têm, acima de tudo, o sonho de construir um mundo melhor e mais feminino. “Somos mulheres, sim. Índias, não-índias e negras. Somos guerreiras, mães e filhas. Somos felizes, respiramos na floresta verde e inteira”, declamou ainda Emília Fernandes.